

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MATO GROSSO
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 12/2013

Processo n.º 08320.000269/2013-16

OBJETO: Contratação de empresa especializada visando à prestação de serviços de assistência técnica, manutenção corretiva, modernização e atualização (upgrade) com fornecimento de mão de obra e peças novas e genuínas, para 05 centrais privadas de comutação telefônica – PABX, de propriedade da SR/DPF/MT, instaladas nos Municípios de Cuiabá/MT, Sinop/MT, Cáceres/MT, Rondonópolis/MT e Barra do Garças/MT.

MODALIDADE: Pregão Eletrônico
TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço por item
VALOR TOTAL ESTIMADO : R\$ 127.249,72

A Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Estado do Mato Grosso realizará licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO, tipo menor preço global por item, conforme autorização do Senhor Superintendente Regional de Polícia Federal no Estado do Mato Grosso. Observados os preceitos legais em vigor, especialmente o Decreto n.º 3.555, de 08 de agosto de 2000 (aprova o regulamento para a modalidade de licitação denominada pregão) e suas respectivas alterações; a Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002 (institui a licitação denominada pregão); o Decreto n.º 5.450, de 31 de maio de 2005 (regulamenta o pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns); a Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 (cria o estatuto nacional da microempresa e da empresa de pequeno porte); o Decreto n.º 6.204, de 5 de setembro de 2007 (regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte); aplicando-se subsidiariamente a Lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993 (regulamenta o Art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal - Lei das Licitações

Públicas) e, suas alterações posteriores e, as condições deste Edital, o qual poderá ser consultado através dos endereços na Internet www.dpf.gov.br ou www.comprasnet.gov.br.

TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO POR ITEM

LOCAL DE REALIZAÇÃO: www.comprasnet.gov.br

ABERTURA DAS PROPOSTAS: 14h00min do dia 02/12/2013

1. DO OBJETO

Visa o presente à contratação de empresa especializada visando à prestação de serviços de assistência técnica, manutenção corretiva, modernização e atualização (upgrade) com fornecimento de mão de obra e peças novas e genuínas, para 05 centrais privadas de comutação telefônica – PABX, de propriedade da SR/DPF/MT, instaladas nos Municípios de Cuiabá/MT, Sinop/MT, Cáceres/MT, Rondonópolis/MT e Barra do Garças/MT.

A descrição pormenorizada dos serviços consta do anexo A – Termo de Referência (e seus anexos) – do Edital.

2. DA COMPOSIÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO E SEUS ANEXOS

É parte integrante deste Edital:

- 2.1 - **ANEXO A** – Termo de Referência;
- 2.2 - **ANEXO B** – Planilha de Formação de Preços;
- 2.3 - **ANEXO C** – Minuta de Contrato.

3. DA RECEPÇÃO DAS PROPOSTAS E DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

- 3.1 - Não será admitida a desistência da proposta/lance, após o início ou encerramento da fase de lances, ressalvado o disposto no item 3.2 do Edital.
- 3.2 - Excepcionalmente, após o encerramento da fase de lances, poderá ser acatado o pedido de desistência da proposta/lance, em razão de motivo justo e devidamente comprovado pelo Licitante, decorrente de fato superveniente e, aceito pelo Pregoeiro.
- 3.3 - Não restando comprovado o atendimento aos requisitos fixados no subitem acima, o Licitante desistente ficará sujeita a aplicação de multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da proposta ou lance ofertado, devidamente atualizado, sem prejuízo da aplicação da sanção prevista no art. 28 do Decreto n.º 5.450/2005.

4. DAS REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

- 4.1** - Os recursos para cobertura das despesas deste serviço provêm da Dotação Orçamentária consignada à SR/DPF/MT para o exercício de 2013.

GESTÃO/UG	FONTE	PI	NATUREZA DA DESPESA
0001/200374	0100000	702-INF	3390.30.17

- 4.2** - O Ato de designação do Pregoeiro e respectiva Equipe de Apoio é Portaria n.º 416/2013 de 13 de agosto de 2013.

- 4.3** - Qualquer informação sobre este Edital poderá ser obtida por intermédio da Comissão Permanente de Licitações da SR/DPF/MT, prédio sede, situada na Avenida Historiador Rubens de Mendonça, 1205, Bairro Bosque da Saúde, Cuiabá/MT, ou pelo telefone (65) 3614-5572, no horário de 09h00min até às 17h00min, ou pelo e-mail cpl.srmt@dpf.gov.br.

5. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 5.1** - Não será admitida nesta licitação a participação de empresas:

- a) que se encontrem em processo de falência, pedido de recuperação judicial ou extrajudicial, concordata ou liquidação, de dissolução, de fusão, de cisão ou incorporação;
- b) que estejam cumprido suspensão temporária de participar em licitação e/ou impedidas de contratar com o Departamento de Polícia Federal ou com a Administração Pública;
- c) que estejam constituídas sob a forma de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, ou que sejam controladas, coligadas ou subsidiárias integrais entre si, devido a contratação constar itens distintos e de pequeno vulto, considerando ainda, que cada item licitado representa uma licitação distinta, razão suficiente para justificar a vedação de participação de consórcios, pois admitir consórcio, neste caso, poderia restringir a possível participação de empresas individuais, sendo que diante de um grande grupo, não teriam oportunidade de concorrer nas mesmas condições.
- d) que, mesmo constituídas independentemente, possuam um mesmo representante
- e) cujo o objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto do Edital; e

- e) que se encontrar constituída na forma de Cooperativa ou Entidade sem Fins Lucrativos.

6. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

- 6.1** - O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico, no site www.comprasnet.gov.br.
- 6.2** - Os Licitantes ou seus representantes legais deverão estar previamente credenciados junto ao órgão provedor antes da data de realização do pregão.
- 6.3** - O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal do Licitante ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.
- 6.4** - O uso da senha de acesso pelo Licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao MJ/DPF responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que causados por terceiros.

7. DA PROPOSTA COMERCIAL E DAS PLANILHAS DE FORMAÇÃO DE PREÇO

- 7.1** - O Imposto de Renda de Pessoa Jurídica IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido CSLL, que não podem ser repassados à Administração, não deverão ser incluídos na Proposta de Preços apresentada.
- 7.2** - Toda a documentação exigida deverá ser apresentada por uma das seguintes formas:
 - a) em original;
 - b) por qualquer processo de cópia, autenticada por servidor da Administração, devidamente qualificado, ou por Cartório competente;
 - c) publicação em órgão da Imprensa.
- 7.3** - A proposta deverá ser apresentada em planilhas – ANEXO B do Edital – contendo o valor global por item (totalidade dos serviços com fornecimento de materiais), em moeda nacional, em algarismo e por extenso, já considerando todas as despesas com tributos, fretes, transportes e demais despesas que incidam direta ou indiretamente nos preços para execução do objeto.

- 7.4** - O Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta e lances.
- 7.5** - Incumbirá ao Licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 7.6** - A participação no Pregão dar-se-á por meio da digitação da senha privativa do Licitante e subsequente encaminhamento da Proposta Comercial, com o valor global do item (totalidade dos serviços), em campo próprio exclusivamente por meio do sistema eletrônico.
- 7.7** - Como requisito para a participação no pregão, o Licitante deverá manifestar, também em campo próprio do sistema eletrônico, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no edital.
- 7.8** - Na formulação de sua proposta a empresa deverá observar o regime de tributação ao qual está submetida, inclusive no tocante à incidência das alíquotas de ISS, PIS e COFINS sobre seu faturamento, conforme as Leis n.º 10.637/2002 e 10.833/2003 (Acórdão TCU- Plenário n.º 2.647/2009).
- 7.9** - Nos casos em que forem detectados erros e/ou inconsistências nas planilhas apresentadas, durante a análise da proposta, a SR/DPF/MT poderá determinar ao Licitante vencedor, mediante diligência, a promoção de ajustes nessas planilhas, se possível, para refletir corretamente os custos envolvidos na contratação, desde que não haja majoração do preço proposto.
- 7.10** - Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso de necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do § 3º do art. 43 da Lei n.º 8.666/93, para efeito de comprovação de sua exequibilidade, podendo adotar, dentre outros, os seguintes procedimentos:
- a) questionamentos junto à proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade;
 - b) verificação de acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas em dissídios coletivos de trabalho;
 - c) levantamento de informações junto ao Ministério do Trabalho e Emprego e junto ao Ministério da Previdência Social;

- d) consultas a entidades ou conselhos de classe, sindicatos ou similares;
- e) pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;
- f) verificação de outros contratos que o proponente mantenha com a Administração ou com a iniciativa privada;
- g) pesquisa de preço com fornecedores dos insumos utilizados, tais como: atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes;
- h) verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pelo proponente;
- i) levantamento de indicadores salariais ou trabalhistas publicados por órgãos de pesquisa;
- j) estudos setoriais;
- k) consultas às Secretarias de Fazenda Federal, Distrital, Estadual ou Municipal;
- l) análise de soluções técnicas escolhidas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que o proponente disponha para a prestação dos serviços; e
- m) demais verificações que porventura se fizerem necessárias.

7.11 - A inexecutabilidade dos valores referentes a itens isolados da planilha de custos, desde que não contrariem instrumentos legais, não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta.

7.12 - A SR/DPF/MT poderá realizar diligências junto ao licitante vencedor, a fim de esclarecer dúvidas acerca dos valores e/ou percentuais informados nas Planilhas de Custos e Formação de Preços apresentadas para cada categoria, sendo que a identificação da inclusão de informações e/ou valores em desconformidade com as normas gerais ou específicas aplicáveis à empresa (não comprovados documentalmente) acarretará a desclassificação da proposta.

7.13 - A inobservância do prazo fixado para a entrega das respostas e/ou informações solicitadas em eventual diligência ou ainda o envio de informações ou documentos considerados insuficientes/incompletos ocasionará a desclassificação da proposta.

- 7.14** - Nos casos em que forem detectados erros e/ou inconsistências nas planilhas apresentadas, durante a análise da aceitação da proposta, poderá ser determinado ao licitante vencedor, mediante diligência, a promoção de ajustes nessas planilhas, se possível, para refletir corretamente os custos envolvidos na contratação, desde que não haja majoração do preço proposto.

8. DA FORMULAÇÃO DE LANCES

- 8.1** - Iniciada a etapa competitiva, os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento, do horário de registro e do seu valor.
- 8.2** - Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, correspondentes ao menor preço anual, observado o horário fixado e as regras de aceitação deste Edital.
- 8.3** - O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado no sistema.
- 8.4** - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 8.5** - Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelos demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance.
- 8.6** - No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa de lances do pregão, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos praticados, ressalvado o disposto no item 8.7.
- 8.7** - Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes, no endereço eletrônico www.comprasnet.gov.br.
- 8.8** - A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro.
- 8.9** - A etapa de lances da sessão pública será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo sistema eletrônico aos licitantes, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado também pelo sistema.

- 8.10 - Após o encerramento da etapa de lances o Pregoeiro poderá encaminhar pelo sistema eletrônico contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance de menor valor para que seja obtido preço melhor, cabendo a este decidir sobre sua aceitação.
- 8.11 - O Pregoeiro poderá anunciar o licitante vencedor imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após negociar e proferir decisão acerca da aceitação do lance de menor valor.
- 8.12 - Quando não for possível a conclusão do certame durante a Sessão, o Pregoeiro encerrará a etapa divulgando posteriormente o resultado de julgamento e decisões, se assim houver, em campo próprio do Sistema do comprasnet – www.comprasnet.gov.br – Avisos e Esclarecimentos, no sentido de dar ampla publicidade ao Certame.
- 8.13 - A proposta de preços do licitante vencedor, contendo as especificações detalhadas dos serviços, deverá ser formulada e enviada, devidamente atualizada em conformidade com o último lance ofertado, num prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após o encerramento da etapa de lances, por meio digital através do e-mail: cpl.srmt@dpf.gov.br, com a posterior apresentação dos originais no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contadas a partir do encerramento da Sessão Pública.

9. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇO

- 9.1 - O Pregoeiro efetuará o julgamento das Propostas Comerciais utilizando como critério de julgamento das propostas o menor **preço global por item**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto. O critério de aceitabilidade para esta licitação é de no teto máximo de R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais), valor referente à disponibilidade orçamentária.

9.2 - Os itens serão licitados separadamente, conforme tabela abaixo:

Item 1 – Serviços na Sede da SR/DPF/MT - Cuiabá/MT

Item 2 – Serviços na Delegacia de Policia Federal de Sinop/MT.

Item 3 - Serviços na Delegacia de Policia Federal de Cáceres/MT.

Item 4 - Serviços na Delegacia de Policia Federal de Rondonópolis/MT

Item 5 - Serviços na Delegacia de Polícia Federal de Barra do Garças/MT

9.2 - Analisada a aceitabilidade dos preços obtidos, o Pregoeiro divulgará o resultado de julgamento da Proposta de Preço.

9.3 - Se a proposta ou o lance de menor valor de cada item não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital, procedendo então à sua habilitação.

10. DA HABILITAÇÃO

10.1 - Como requisito para a participação no Pregão o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, o pleno conhecimento, concordância e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital e seus anexos.

10.1.1 – Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará também o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto a existência de sanção que impeça a participação no certame ou a fatura contratação, mediante consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- c) Cadastro Nacional de condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

10.1.1.1 – Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

10.2 - Encerrada a etapa de lances da sessão pública e a negociação, se houver, o licitante detentor da melhor proposta encaminhará à SR/DPF/MT a documentação referente a sua habilitação, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, em formato digitalizado pelo e-mail cpl.srmt@dpf.gov.br, juntamente com a proposta de preço atualizada em conformidade dos lances e, no prazo máximo de até 48 (quarenta e oito) horas, apresentará os documentos originais a serem protocolados no Protocolo Geral da SR/DPF/MT, prédio sede, situada na Avenida Historiador Rubens de Mendonça, 1205, Bairro Bosque da Saúde, Cuiabá/MT, em envelope fechado e com os seguintes dizeres em sua parte externa e frontal:

**À Superintendência Regional de Policial Federal no Estado do Mato Grosso -
Pregão Eletrônico n.º xx/2013**

**ENVELOPE COM DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA
COMERCIAL**

RAZÃO SOCIAL E CNPJ

10.3 - O Licitante deverá apresentar os seguintes documentos na Fase de Habilitação conforme preceitua o art. 27 da Lei 8.666/93:

10.3.1 - Relativamente à HABILITAÇÃO JURÍDICA do Licitante:

- a) ato constitutivo, estatuto ou Contrato Social em vigor do licitante, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- b) inscrição do ato constitutivo em Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova da diretoria em exercício;
- c) para microempresas e empresas de pequeno porte, inscrição na junta comercial de seu domicílio fiscal em que conste tal condição.

10.3.2 - Relativamente à REGULARIDADE FISCAL do Licitante:

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b) prova de regularidade com a Fazenda Federal (Dívida com a União e Receita Federal) e Estadual ou Municipal, conforme o caso, de acordo com o disposto no inciso III, do art. 29, da Lei n.º 8.666/93, dentro do prazo de validade, sendo estas dispensáveis caso já constem do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;
- c) Certificado de Regularidade do FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal, conforme alínea "a", do art. 27, da Lei n.º 8.036/1990, devidamente atualizado;
- d) Certidão Negativa de Débito – CND ou Positiva com Efeito de Negativa relativa às contribuições sociais, fornecida pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS (Lei n.º 8.212/1991), devidamente atualizada.

10.3.3 - Relativamente à QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA do Licitante:

- a) certidão negativa de falência, concordata ou execução patrimonial, expedida pelo distribuidor da sede da licitante;
- b) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios;

§ 1º serão considerados aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

- I. - sociedades regidas pela Lei n.º 6.404/76 (sociedade anônima): por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial;
- II. - sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA): por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente; ou
- III. - sociedades sujeitas ao regime estabelecido na Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006:

por fotocópia (do balanço e demonstrações contábeis) registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente;

ou

por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticadas na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

- c) sociedade criada no exercício em curso: fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;
- d) o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinadas por Contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

10.3.4 - Relativamente à PROPOSTA COMERCIAL da licitante:

a) Planilha de Formação de Preços (Anexo B do Edital), já readequada ao valor do último lance, devendo conter os seguintes dados:

a.1) Dados cadastrais da empresa (Razão Social, CNPJ, endereço, telefone e fax);

a.2) Conta bancária (Nome e número do banco, da agência e número da conta corrente);

a.3) Referenciado o **Item** vencedor, o preço do lance final incluindo custos, impostos e outras despesas aplicáveis;

a.4) Prazo de validade da proposta de, no mínimo, 90 (noventa) dias.

10.4 - A apresentação de declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de Habilitação sujeitará o licitante às sanções previstas no Art. 14, do Anexo I, do Dec. n.º 3.555, de 08/08/2000, conforme dispõe o Art. 21, § 3º, do Dec. n.º 5.450, de 31/05/2005.

10.5 - A não apresentação de qualquer dos documentos indicados neste item implicará a desclassificação do proponente.

10.6 - Às microempresas e empresas de pequeno porte, “havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado prazo de dois dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa” (art.4º, § 1º, Decreto n.º 6.204, de 05/09/2007).

10.7 - Quando requerida pela licitante a prorrogação prevista no subitem anterior a mesma só será concedida caso não exista urgência na contratação ou prazo exíguo para o empenho, devidamente justificado.

10.8 - A não regularização da documentação dentro do prazo concedido “implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação” (art.4º, § 4º, Decreto n.º 6.204, de 05/09/2007).

11. DOS RECURSOS

- 11.1** - A falta de manifestação imediata e motivada das licitantes quanto à intenção de recorrer importará decadência do direito de recurso, ficando a Pregoeiro autorizada a adjudicar o objeto à licitante declarada vencedora.
- 11.2** - O recurso contra a decisão do Pregoeiro terá efeito suspensivo, no tocante ao item ao qual o recurso se referir, inclusive no tocante ao prazo de validade da proposta, o qual somente recomeçará a contar quando da decisão final da autoridade competente.
- 11.3** - O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.4** - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.
- 11.5** - Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na Comissão Permanente de Licitações da SR/DPF/MT, prédio sede, situada na Avenida Historiador Rubens de Mendonça, 1205, Bairro Bosque da Saúde, Cuiabá/MT, em dias úteis, no horário de 09h00min até às 17h00min.
- 11.6** - Existindo intenção de interpor recurso o licitante deverá manifestá-la, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em formulário próprio do sistema, explicitando sucintamente suas razões, imediatamente após a divulgação do vencedor.
- 11.7** - O licitante disporá do prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação do recurso, por escrito, que será disponibilizado a todos os participantes.
- 11.8** - Os demais licitantes poderão apresentar contra-razões em até 3 (três) dias úteis, contados a partir do término do prazo do recorrente.
- 11.9** - O acolhimento do recurso implica tão somente na invalidação daqueles atos que não sejam passíveis de aproveitamento.

12 DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 12.1** - O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor por item, através de ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.
- 12.2** - Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

13. DO CONTRATO

- 13.1** – Após a homologação da licitação, a Adjudicatária terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

13.1.1 – Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite/retirada do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado/retirado no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

13.1.2 – o prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada da Adjudicatária e aceita pela Administração.

- 13.2** – Antes da assinatura do Contrato, a Contratante realizará consulta on line ao SICAF, para identificar possível proibição de contratar com o Poder Público e verificar a manutenção das condições de habilitação, nos termos do artigo 3º, § 1º, da IN SLTI/MPOG nº 02, de 11/10/2010, bem como ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados – CADIN, cujos resultados serão anexados aos autos do processo.

- 13.3** - Se a Adjudicatária, no ato da assinatura do Contrato, não comprovar que mantém as condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se a assinar o Contrato, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para após feita a negociação, verificada a aceitabilidade da proposta e comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais.

- 13.4** – A Contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.4.1 - As supressões resultantes de acordo celebrados entre os contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

13.5 – É vedada a subcontratação total do objeto do contrato.

13.5.1 – É vedada a subcontratação parcial, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato.

13.6 – É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

13.7 – A Contratada deverá manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

13.8 – Durante a vigência do contrato, a fiscalização será exercida por um representante da contratante, ao qual competirá registrar em relatório todas as ocorrências e as deficiências verificadas e dirimir as dúvidas que surgirem no curso da prestação dos serviços, de tudo dando ciência a Administração.

14 – DO PAGAMENTO

14.1– O prazo para pagamento será de 30 (trinta) dias, contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura pela Contratada.

14.1.1. – Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o montante de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

14.2 – O pagamento somente será efetuado após o “atesto”, pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada, que conterá o detalhamento dos serviços executados.

14.2.1 – O “atesto” fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada com os serviços efetivamente prestados.

14.3 – Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para o pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

14.4 – Nos termos do artigo 36, § 6º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG Nº 02, de 30.04.2008, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

14.4.1 – não produziu os resultados acordados;

14.4.2 – deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

14.4.3 – deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada,

14.5 – Antes do pagamento, a Contratante realizará consulta on line ao SICAF e, se necessário, aos sítios oficiais, para verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, devendo o resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.

14.5.1 – Eventual situação de irregularidade fiscal da contratada não impede o pagamento, se o fornecimento tiver sido prestado e atestado. Tal hipótese ensejará, entretanto, a adoção das providências tendentes ao sancionamento da empresa e rescisão contratual.

14.6 – Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos da Instrução Normativa nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

14.6.1 – Quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), será observado o disposto na Lei Complementar nº 116, de 2003, e legislação municipal aplicável.

14.6.2 – A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, instituído pelo artigo 12 da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção quanto aos impostos e contribuições abrangidos pelo referido regime, em relação às suas receitas próprias, desde que, a cada pagamento a declaração de que trata o artigo 6º da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

14.7 – O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de crédito, mediante depósito em conta-corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

14.8 – Será considerado como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

14.9 – A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que por ventura não tenha sido acordada no contrato.

14.10 – Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido.

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

$$I = \frac{(6 / 100)}{365}$$

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento.

VP = Valor da Parcela em atraso

15 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1 - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas, a saber:

- a) multa de 10% sobre o valor da proposta, conforme disposto nos itens 3.1, 3.2 e 3.3 do Edital;
- b) impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, bem como descredenciado no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei 10.520/02, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

15.2- Após a formalização do Contrato, o não cumprimento total ou parcial das obrigações assumidas na forma e nos prazos estabelecidos, sujeitará a CONTRATADA às penalidades constantes do art. 7º da Lei n.º 10.520, de 17 de junho de 2002 c/c o art. 28 do Decreto n.º 5.450, de 31 de maio de 2005, e ainda, no que couber, as penalidades previstas nos art. 86, 87 e 88 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, conforme disposto no Anexo C do Edital, abaixo discriminados:

- a) advertência;
- b) multas:

- 1. b.1) de 0,1% (zero vírgula um por cento) ao dia, respeitando o limite de 5% (cinco por cento), nos casos de atraso da entrega da garantia contratual, conforme estabelecido na “Cláusula VI – Da Garantia” do Anexo C – Minuta de Contrato, até que a CONTRATADA dê solução à inexecução do avençado ou até a rescisão contratual;

- b.2) de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao dia, respeitando o limite de 20% (vinte por cento), nos casos de faltas que acarretem transtornos significativos para a CONTRATANTE, até que a CONTRATADA dê solução à inexecução do avençado ou até a rescisão contratual;

- b.3) de 2% (dois por cento), acrescido de 0,1% (zero vírgula um por cento) ao dia, respeitando o limite de 20% (vinte por cento), por atraso no início ou conclusão dos serviços, por culpa exclusiva da CONTRATADA, até que a CONTRATADA dê solução à inexecução do avençado ou até a rescisão contratual;

- b.4) de 20% (vinte por cento), pela inexecução total do Contrato;

- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento para contratar com a Administração Pública, pelo prazo não superior a 5 (cinco) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja

promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a autoridade que aplicou a penalidade.

15.3- A penalidade estabelecida na alínea “b” desta Cláusula poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com quaisquer das demais, devendo o valor de multas ser cobrado na forma do disposto nos §§ 2º e 3º do art. 86 e § 1º do art. 87, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

15.4 - No processo de aplicação de sanções, será sempre assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

15.5- As penalidades aplicadas serão registradas no SICAF (Sistema de Cadastramento de Fornecedor).

16 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1 - O licitante será responsável pela fidelidade de suas informações e pela legitimidade dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

16.2 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, com amparo na legislação pertinente.

16.3- A participação na licitação importa total, irrestrita e irretratável aceitação pelos proponentes das condições do Edital, cujo desconhecimento não poderá ser alegado posteriormente.

16.4- Na contagem de todos os prazos estabelecidos neste edital excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

16.5 - Ocorrendo a decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização do Certame na data marcada, todas as datas constantes deste Edital serão transferidas, automaticamente, para o primeiro dia útil subsequente aos ora fixados.

16.6 - É facultada ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência, destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

16.7 - O Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ indicado nos documentos da Proposta de Preço e da Habilitação deverá ser o mesmo

estabelecimento do Licitante que efetivamente vai prestar os serviços objeto da presente licitação.

16.8 - O Termo de Referência é documento norteador, elaborado pelo órgão requisitante do serviço, e que disciplina de forma detalhada os serviços que deverão ser prestados, sendo parte integrante deste Edital.

16.9 - As proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

16.10 - Este Edital será fornecido a qualquer interessado na Sede da SR/DPF/MT, situada na Avenida Historiador Rubens de Mendonça, 1205, Bairro Bosque da Saúde, Cuiabá/MT, ou ainda nos sítios eletrônicos www.comprasnet.gov.br e www.dpf.gov.br.

16.11- Os licitantes após a publicação oficial deste Edital ficarão responsáveis pelo acompanhamento, mediante o acesso aos sítios mencionados no subitem 8.12, das eventuais republicações e/ou retificações de edital, respostas a questionamentos e impugnações ou quaisquer outras ocorrências que porventura possam ou não implicar em mudanças nos prazos de apresentação da proposta e da abertura da sessão pública.

16.12 - Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes na Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, nos Decretos n.º 3.555, de 08 de agosto de 2000, 5.450, de 31 de maio de 2005 e, subsidiariamente, na Lei n.º 8.666/1993.

Cuiabá/MT, 13 de novembro de 2013.

Elzio Vicente da Silva
Delegado de Polícia Federal
Matrícula 9.281
Superintendente Regional – SR/DPF/MT